

A IMPORTÂNCIA DAS RELAÇÕES SOCIAIS PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Luiz Paulo Klock Filho ¹
Marcos Junior Marini ²

Área de conhecimento: Administração.

Eixo Temático: Administração de Pessoas; Comportamento, Gestão do Conhecimento.

RESUMO

Dentro da dinâmica atual do capitalismo neoliberal, onde a unificação dos espaços pelas mercadorias abre premissas para quebra das identidades locais e situações econômicas insustentáveis, principalmente para empreendimentos de pequeno porte que não conseguem competir com o capital transnacional. A própria formação espacial das regiões fica comprometida, porque articulações de pertencimento local desaparecem frente à homogeneidade posta da realidade da economia de mercado. As possibilidades de forma de organização de desenvolvimento local podem ser influenciadas pelas relações sociais envolvidas em determinados territórios, geradas pela integração e cooperação entre os indivíduos, que desta forma é de fundamental importância perceber suas formas de disposições podem promover estruturas viáveis para garantir localidades fortes e inseridas nas características do capital social. Neste sentido o artigo fez um aparato teórico/conceitual dos conceitos/princípios que envolvem o desenvolvimento local e capital social, para gerar premissas que nutrem avanços para a qualidade de vida.

Palavras-chave: Capital Social, Desenvolvimento Local, Territórios.

1 INTRODUÇÃO

No processo de organização territorial da história mundial o homem já passou por diferentes modelos de ocupação do espaço geográfico (grupos na pré-história, as primeiras civilizações do mundo antigo, feudalismo, a bipolarização mundial e atualmente a hegemonia do Capitalismo Neoliberal), e nesta dinâmica as relações entre os grupos humanos e a natureza foi fomentando a nossa sociedade.

O espaço geográfico conforme CARLOS pode ser entendida como:

“ [...] meio e produto da realização da sociedade humana em toda a sua multiplicidade. Reproduzido ao longo do tempo de um processo histórico ininterrupto de constituição da humanidade do homem, este é também um

¹Especialista em Gestão Ambiental (UNOESC). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – UTFPR/câmpus Pato Branco . luizpkf@ibest.com.br

²Doutor em Tecnologia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (câmpus Curitiba). É professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, desenvolvendo pesquisas em Estudos Regionais da UTFPR/câmpus Pato Branco. marini@utfpr.edu.br



plano de reprodução. Ao produzir sua existência, a sociedade reproduz, continuamente, o espaço. Se de um lado o espaço é um conceito abstrato, de outro tem uma dimensão real e concreta como lugar de realização da vida humana, que ocorre diferencialmente no tempo e no lugar e que ganha materialidade por meio do território”. – pgs. 11, 2001.

Território que não pode ser percebido apenas como relações de poder de um determinado espaço, porém está posto na perspectiva das relações sociais que estão em constante interação na reprodução deste lugar, através da sua territorialidade.

Como chama atenção Abagli e Maciel:

“A noção de territorialidade procura evidenciar as interfaces entre as dimensões territoriais e socioculturais. Territorialidade refere-se às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas – uma localidade, uma região ou um país – e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir em um dado território. A territorialidade reflete o vivido territorial em toda sua abrangência e em suas múltiplas dimensões – cultural, política, econômica e social. Ela se desenvolve a partir da coexistência dos atores sociais em um dado espaço geográfico, engendrando um sentimento de sobrevivência do coletivo e referências socioculturais comuns, ainda que considerada a diversidade de interesses ali presentes. A territorialidade, como atributo humano, é primariamente condicionada por valores e normas sociais, que variam de sociedade para sociedade, de um período para outro. A territorialidade não traduz, portanto, apenas uma relação com o meio; ela é uma relação triangular entre os atores sociais mediada pelo espaço.” - p.12 - 2004

Diante destes fatores não importando a época o palco das relações sociais sempre esteve ligado a regulação dos limites de uso e vinculado a uma produção que orientava o cotidiano destas aglomerações humanas, como aborda Polanyi:

“[...] Se olharmos para a cidade-Estado antiga, para os Impérios despóticos, para o feudalismo, para a vida urbana do século XIII, para o regime mercantilista do século XVI, ou o regulamentarismo do século XVIII - o sistema econômico encontra-se invariavelmente submerso no social. Os incentivos nascem de uma grande variedade de fontes, como o costume, a tradição, o dever público e a convicção privada, a prática religiosa e a filiação política, a obrigação judicial e a regulamentação administrativa estabelecida pelo príncipe, pela municipalidade ou pela corporação. Hierarquia e status, compulsão legal e ameaça de punição, a aprovação na vida pública e o bom nome da vida privada, asseguram que o indivíduo contribua com a parte que lhe compete para a produção. Nem sempre o medo de privações ou o amor do lucro estão ausentes de todo. Os mercados existem em todos os tipos de sociedades, e a figura do mercador não é desconhecida em muitas civilizações.” - 1977

As diferentes organizações que moldaram diferentes locais no planeta geraram inúmeras culturas, variados usos da natureza e estágios desiguais da



formação de tecnologias, e que foi originado da relação homem e natureza em cada espaço geográfico.

Conforme Milton Santos aborda que:

“ A história das chamadas relações entre a sociedade e natureza é, em todos os lugares habitados, a da substituição de um meio natural, dado a uma determinada sociedade, por um meio cada vez mais artificializado, isto é sucessivamente *instrumentalizado* por essa mesma sociedade. Em cada fração da superfície da terra, o caminho que vai de uma situação a outra se dá de maneira particular; e a parte do “natural” e do “artificial” também varia, assim como mudam as modalidades do seu arranjo.” Pg.233

Nessas diversas configurações possibilitou muitas vezes a emancipação do homem a respeito das suas condições naturais primitivas de existências, porém com a evolução sobre o espaço geográfico a produção deixou seu caráter coletivo para ações de individualização humana.

Como aponta Hobsbrawn (2009), a sociedade contemporânea é caracterizada pela hegemonia do capitalismo, marcada por comportamentos individualistas e competitivos, trazendo grandes diferenças que proporcionam níveis de qualidade de vida conforme o padrão de integração industrializado dos espaços geográficos mundiais. A mudança de padrão irá causar uma transformação na relação entre os indivíduos e como a sua comunidade vivia. Com o avanço do capitalismo sobre as antigas comunidades o processo de cooperação foi diluindo, que converteu para um mecanismo social desumano e individualizado.

A nossa civilização enfrenta atualmente uma dinâmica que escraviza o homem a uma eterna produtividade, onde para alcançar metas cada vez maiores prejudica a humanidade com um modelo excludente e destrói nossos recursos naturais. Tornando o homem e a mulher mais predadores do seu ambiente que fazendo parte dele.

Como aborda Leff:

“ A problemática ambiental – a poluição e degradação do meio de recursos naturais, energéticos e de alimentos – surgiu nas últimas décadas do século XX como uma crise de civilização, questionando a racionalidade econômica e tecnológica dominantes. Esta crise tem sido explicada a partir de uma diversidade de perspectivas ideológicas. Por um lado, é percebida como resultado da pressão exercida pelo crescimento da população sobre os limitados recursos do planeta. Por outro, é interpretada como o efeito da acumulação de capital e da maximização da taxa de lucro a curto prazo, que induzem padrões tecnológicos de uso e ritmos de exploração da natureza, bem como formas de consumo que vêm esgotando as reservas de recursos naturais, degradando a fertilidade dos solos e afetando as condições de regeneração dos ecossistemas naturais.” – LEFF, pg.61 -2010



Dentro desta dinâmica o ser humano foi perdendo sua essência coletiva, para uma estrutura individual e principalmente dotada de um mundo artificializado – onde as pessoas tende-se a comunicar por vias eletrônicas, esquecendo o contato entre humanos fisicamente e culturalmente diferentes. Outro ponto a ser levado em consideração está na relação com o ambiente natural, que é percebido, mas digitalmente do que no cotidiano das pessoas controladas pelo relógio-ponto.

Como aponta Boff:

“O Sintoma mais doloroso, já constatado há décadas por sérios analistas e pensadores contemporâneos, é um difuso mal-estar da civilização. Aparece sob o fenômeno do descuido, do descaso e do abandono, numa palavra, da falta de cuidado. [...] Há um descuido e um abandono dos sonhos de generosidade, agravados pela hegemonia do neoliberalismo com o individualismo e a exaltação da propriedade privada que comporta menospreza-se a tradição de solidariedade.” - BOFF, pgs. 18 e 19 – 2012.

Com atual civilização a crise não está manifestada somente com a degradação dos recursos naturais, também está associada uma crise da sociedade, pois, perde-se a identidade cultural e ambiental.

A ação do Capitalismo Neoliberal Globalizante é descredenciar todas as reproduções espaciais ocorridas em diversos territórios, para um conjunto homogêneo, sendo necessária a busca de novas possibilidades de desenvolvimento que busque fortalecer o local diante do global.

Nesta análise Milton Santos coloca a importância de um novo projeto de um mundo possível:

“ A tendência atual é a que os lugares se unam verticalmente e tudo é feito para isso, em toda parte. Créditos internacionais são postos à disposição dos países pobres para permitir que as redes modernas se estabeleçam ao serviço do grande capital. Mas os lugares também se podem unir horizontalmente, reconstruindo aquela base de vida comum, susceptível de criar normas locais, normas regionais... que acabam por afetar as normas nacionais e globais.[...]Na união vertical, os vetores de modernização são entrópicos [...] porque a ordem que criam é em seu próprio benefício. Isso se dá ao serviço do mercado, e tende a corroer a coesão horizontal que está a serviço da sociedade civil tomada como um todo. [...] Enquanto isso, as uniões horizontais podem ser ampliadas, mediante as próprias formas novas de produção e consumo [...] localmente definidas.” – pgs.258 e 259.

A idéia do desenvolvimento que valorize a capacidade endógena está na necessidade do surgimento e fortalecimento dos atores sociais inseridos nos territórios e com capacidade de iniciativa e proposta sócio-econômica para tirar proveito das potencialidades locais, apostando em uma melhora integral da qualidade de vida da população.



Desta forma presente artigo tem como objetivo relacionar a dinâmica do capital social, através das relações sociais, como forma de possibilidade de territórios alcançarem o desenvolvimento local.

Dentro das relações existentes na formação da sociedade, tendo contrações e oportunidades no envolvimento de interação/cooperação/integração dos indivíduos, com políticas públicas que com o empoderamento social possam surtir efeitos benéficos aquela localidade.

Para alcançar tal objetivo foi realizadas discussões sobre a temática, o trabalho terá reflexões teóricas sobre o capital social, também apresentará referências conceituais sobre desenvolvimento local e participação social , por fim, as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO OU REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A Importância do fortalecimento das organizações sociais

No sentido das organizações é necessário analisar quais perspectivas podem levar uma ação que melhor articule esses atores sociais e as estruturas que envolvem seus espaços, seu desenvolvimento local deve estar associado participação comunitária, pois, ele deverá nascer da realidade social, na ação de procurar responder às expectativas e necessidades.

Como coloca Bilert, ET AL (2011), citando Putman (1996): “[...] o capital social pode ser definido como um conjunto de associações entre pessoas, por meio de redes sociais que através de relações de confiança, normas associadas, exercem um efeito sobre a produtividade da comunidade.”

O Fortalecimento dos laços comunitários envolve os atores sociais em seu território, possibilitando formas de inserção dentro do setor produtivo, mas também cria condições para uma integração local.

Diante deste cenário temos na esfera das organizações sociais duas perspectivas, que são contraditórias em suas metodologias de tratamento com inserção de mercado e valorização das identidades locais.



Na primeira temos uma ação do capitalismo Neoliberal que aparece na forma da globalização, sendo um conjunto de transformações na ordem política e econômicas mundiais visíveis desde o final do século XX.

O efeito que criou pontos em comum na vertente econômica, social, cultural e política, tornando possível que mercados de diferentes países interagem e aproximam pessoas e mercadorias, através dos grandes avanços tecnológicos. A quebra de fronteiras gerou uma expansão capitalista onde foi possível realizar transações financeiras e expandir os negócios - até então restritos ao mercado interno - para mercados distantes e emergentes, na necessidade cada vez maior de expansão do fluxo comercial mundial.

Como aponta Streek numa definição do capitalismo:

“[...]É uma sociedade que instituiu a sua economia de forma capitalista, na medida em que tem acoplado a sua disposição material para a acumulação privada de capital, medido em unidades de dinheiro, por meio de troca contratual livre em mercados impulsionados por cálculos individuais de utilidade. Tal sociedade pode ser dito para ser capitalista, ou sob o capitalismo, devido à sua dependência de seu sustento no sucesso na acumulação de capital, apropriado privadamente.” – 2011

Na sua dinâmica individualista e principalmente fortalecida com os avanços tecnológicos da globalização, este modelo pode gerar desigualdades em distintos territórios, pois, nem todas as áreas possuem aparatos que possam ter uma constante acumulação de capital e por conseqüência áreas de pobreza.

Como coloca Kuhn (2006), determinar áreas pobres pela falta de acumulação de capital não pode ser a única referencia para mensurar a qualidade de vida de um grupo de pessoas:

“[...] No entanto, pretendemos ressaltar que os recursos monetários são importantes meios de redução da pobreza, não fins para tal. O desenvolvimento humano está relacionado às oportunidades de desenvolver as aptidões e a criatividade das pessoas conforme suas necessidades e interesses. – pg.114

Desenvolver as aptidões e a criatividade das pessoas conforme suas necessidades e interesses, como aborda a citação de Kuhn acima, mas no contexto da economia de mercado definir interesses em diferentes espaços é algo complicado, pois, a estrutura é marcada para ampliar consumidores pelo mundo, sem uma preocupação direta com o anseio de um grupo específico.

A condição de grupos dentro mercados e até a própria limitação do modelo dominante capitalista na geração de qualidade, atualmente fortifica-se uma



segunda forma para gerar o Desenvolvimento econômico , que tenha como foco não uma padronização dos seus agentes sócias, mas que valorize tendências de organização local. Na busca de cenários que não avalie somente o acúmulo de capital como fonte de indicador de melhora de vida , mas que possa ser mais amplo e inclusão.

Como percebido por Niederle e Grisa (2008):

“No campo da discussão “desenvolvimentista”, este período assinala processos de descentralização política e de re-emergência da sociedade civil e das esferas públicas enquanto arenas do debate democrático e emancipatório. Muito disto por conta da ascensão de novos movimentos sociais (feministas, ambientalistas, pacifistas, de consumidores, etc.) aliados ou não aos movimentos sociais e sindicais mais tradicionais. Temas como participação, empoderamento, capital social, governança e democratização adentraram com força à agenda de desenvolvimento, todos estreitamente ligados a esta mudança de foco que se revelou menos orientado para o crescimento dos Estados nacionais e das forças produtivas, e mais diretamente voltado para as localidades/territorialidades e para os agentes e instituições sociais.” – pg.47

Diante de uma organização social que busca lidar com as forças produtivas identificadas para o local, onde reforça os laços dos atores sociais de um determinado território, valorizando/reforçando os pequenos empreendimentos dentro de uma dinâmica de mercado, e a partir da confiabilidade, pois todos os agentes compartilham do mesmo espaço, conhecem-se, as construção de troca de informações, redes de trocas, vira uma importante articulação desenvolvimentista.

Albagli e Maciel reforçam essa perspectiva:

“Nessas interações locais, desenvolve-se um conhecimento coletivo, o qual é diferenciado e desigualmente distribuído podendo ou não constituir importante fonte de dinamismo para aquele ambiente. Esse conhecimento coletivo não corresponde simplesmente à soma de conhecimentos de indivíduos e organizações; resulta das sinergias geradas a partir dos vários tipos de interação; e altera-se inclusive na sua interseção com a circulação globalizada de informação e conhecimento.” (2004 – p.11)

A utilização de conceito de redes, juntamente com a ação do capital social, potencialidades do território e sobre a idéia de enraizamento (embeddedness) de Granovetter (1985), seu argumento sugere que os atores em um ato de mercado de forma racional, ou tentar fazê-lo, mas que eles também estão inseridos em estruturas sociais que restringem (ou seja, estrutura) suas interações de mercado. Incorporado concentra-se em redes sociais e relações pessoais concretas.

Como coloca Albagli e Maciel:

“Contrariamente à visão da economia neoclássica, que supõe uma racionalidade estritamente econômica e individual, entende-se, dessa perspectiva, que os atores econômicos não são átomos isolados, mas



encontram-se imersos (embedded) em relações e estruturas sociais.” (2004 – p.12)

A argumentação está que os relacionamentos levam a confiar o que significa que a ação racional é diferente, argumenta que as coisas boas e ruins podem vir de fortes relações sociais - tanto bom extremo e bom requerem inserção social. levam articulações da estrutura social, que busque novas perspectivas de modos de interação social, criando novas sociabilidades, o fato é que passam a exigir novas reformulações de planejar o espaço geográfico, como também novos arranjos que visem a lugar.

As construções sociais para a formação do mercado que vise o Desenvolvimento Local de um território, vem da reestrutura da confiança entre seus membros, da valorização do que é produzido pela sua região e a própria abertura para novas potencialidades econômicas, a partir do redescobrimto.

Sendo está nova tendência o cuidado com as pessoas e o ambiente onde vivem, inserindo numa possibilidade de ação coletiva na ação de desenvolvimento endógeno.

Como coloca BOISIER citando o informe do PNUD/1996: “

“El desarrollo humano puede describirse como proceso de ampliación de las opciones de la gente...Más allá de esas necesidades, la gente valora además beneficios que son menos materiales. Entre ellos figuran, por ejemplo, la libertad de movimiento y de expresión y la ausencia de opresión, violencia o explotación. La gente quiere además tener un sentido de propósito en la vida, además de un sentido de potenciación. En tanto miembros de familias y comunidades, las personas valoran la cohesión social y el derecho a afirmar sus tradiciones y cultura propia”. – 2001.

2.2 O capital social e políticas públicas

Os mecanismos de articulação do capital social de uma localidade e políticas públicas que possam somar a esse processo, devem possibilitar ações para um desenvolvimento local, para que essas probabilidades entrem na ação é fundamental ver como as relações micro e macro que estão postas

Woolcock coloca que é necessário :

[...] definir con más detalle los conceptos de “embeddedness” y “autonomy” y analizar mejor cómo se manifiestan en los niveles macro y micro. En el nivel micro, Woolcock sustituye el concepto de “embeddedness” (enraizamiento, inserción) (que en el modelo anterior sólo hacía referencia a los lazos sociales intracomunitarios) por uno más amplio: “integration” (integración); mientras que el de “autonomy” (autonomía) (que hacía referencia a la participación de los individuos en redes extracomunitarias) es sustituido por el de “linkage” (conexión, contacto) (que



incluye también el compromiso cívico de los individuos). En el nivel macro, el concepto de “embeddedness” (referido a las relaciones Estado-sociedad) es sustituido ahora por el de “synergy” (sinergia entre instituciones), mientras que el concepto de “autonomy” (capacidad, competencia y credibilidad de las instituciones locales) lo es por el de “organizational integrity” (eficiencia de la burocracia estatal). [...] Así, en el nivel micro (bottom-up), la importancia del concepto de “integration” (integración social) es derivada inicialmente de las nociones durkheimianas de solidaridad orgánica y mecánica. La idea de “linkage” procede de Simmel, quien reconocía que las comunidades pobres necesitaban generar lazos sociales que se extendieran más allá de los grupos primarios si querían salir de la pobreza y emprender proyectos duraderos de desarrollo.” – 1998

A criação de instrumentos que possibilitem uma maior participação da sociedade, e neste sentido ações que possam promover o desenvolvimento local. A possibilidade da participação da sociedade, servindo como potencializador do capital social. Sendo que as alternativas para a resolução dos problemas surgem a partir da população que os vivencia, e não de interesses econômicos /políticos de determinados grupos.

Neste sentido, Bandeira, coloca que a formação do capital social é importante na implantação de políticas que visam o desenvolvimento local, pois:

“[...] além das iniciativas de tipo tradicional, com o a implantação de infra-estrutura, as ações de fomento e os esforços voltados para a atração de investimentos privados, devem ser adotadas medidas que contribuam para a acumulação de capital social, fortalecendo a coesão das comunidades, promovendo a colaboração na solução de problemas comuns e estimulando os vários atores sociais a participarem ativamente da discussão das questões de interesse público.” (1999, p. 21)

Na configuração da maior participação dos agentes locais na atribuição de construir atividades que impulsione o desenvolvimento em suas localidades, é necessário ações que vislumbre entre os atores um envolvimento real nas atividades, como também articulações da organização territorial que possa possuir políticas públicas que incentivem este fomento local.

Como aponta Perez e Chiquito (2012):

“[...] novo requisito exige a reflexão de novas concepções do desenvolvimento, como a sustentabilidade ambiental do crescimento, o ordenamento territorial e a melhoria efetiva das condições de vida da população. A necessidade de aproximação destes dois componentes vem resultando em políticas que procuram redesenhar a relação entre desenvolvimento econômico, sustentabilidade ambiental e os contextos locais e regionais, e conformando organizações intermediárias, entre a escala municipal e estadual e entre a escala estadual e nacional, com a atribuição de corporificar a construção de planos e projetos conjuntos ao alcance da participação real dos grupos sociais neles interessados.”- pg.72

Antes de tudo é importante perceber características que envolvem determinado território, e os atores sociais envolvidos na construção cotidiana de



suas estruturas, ao colocar que são necessárias políticas públicas que mobilizem as estruturas endógenas, sendo interessante avaliar a formação do local, a dinâmica cultural, setores econômicos, níveis de integração/cooperação entre os vários indivíduos, etc.

No local devem ser vistos os pontos que formam esse capital social, porém, como as organizações buscam o seu fortalecimento e a articulação de políticas públicas que favorecem o empoderamento social.

A não participação dos atores sociais pode enfraquecer movimentos de desenvolvimento, uma vez que sem o envolvimento social, a articulação dos potenciais de um dado território pode ser relevada, ou seja, conhecer a realidade de um espaço geográfico é parte fundamental para conhecer suas territorialidades e suas motivações para uma possível melhora do padrão de qualidade de vida.

O capital social muitas vezes pode ser um ponto ser contraditório, pois, numa perspectiva positiva pode integrar os atores sociais e de sua união o fortalecimento para as suas estruturas sociais.

Na premissa negativa o capital social pode afastar o envolvimento de atores sociais distintos, relacionado como são as formas de organização social e o contexto de formação sócio-espacial do espaço pode-se criar redes que só comunicam entre seus membros mais próximos, aqueles que estão fora dos círculos de intimidades destes grupos não participam das dinâmicas territoriais.

Como aborda Woolcock:

“[...]Esta idea se ha utilizado para explicar los problemas del paso a la economía de mercado en Rusia, al señalar que cuando hay una situación de familismo amoral no es conveniente llevar a cabo fuertes procesos de privatización, debido a que los medios liberados suelen ser controlados por familias o grupos primarios con criterios particularistas y no universalistas.[...] Otra situación, bastante rara es verdad [...], es la que algunos autores han denominado “amoral individualism”, en la que no hay un sentimiento generalizado de confianza mutua entre los ciudadanos de una comunidad – y ni siquiera confianza entre miembros de familias– y en la que los individuos viven, por alguna circunstancia, aislados de toda forma de red social. [...]Una tercera situación, clásicamente asociada a la modernización y a los barrios urbanos, es la de “anomía”, donde los individuos tienen libertad (recién conquistada) y oportunidades para participar en un amplio rango de actividades, pero carecen de una base estable de valores comunitarios que les guíen, apoyen y den identidad” – 1998

Para exemplificar seja analisada a evolução da história brasileira durante as décadas, marcada principalmente por uma postura econômica vinculada com os interesses externos, sendo nossos principais ciclos econômicos (Pau-brasil, Cana-



de-Açúcar, Ouro, Café, etc) endereçados ao consumo das exportações, e sendo cultivados numa estrutura fundiária que favorecia o latifúndio/monocultor, ou seja, o grande capital.

A organização política/econômica do país foi marcada por elites que se mantiveram no poder do país, aliado a estrutura governamental, que foi levado aos rumos que limitaram ações de outros atores sociais que gerou desigualdades e distanciamentos no acesso de políticas públicas por várias partes do território.

A participação dos atores locais, pois, como tradicionalmente as mudanças sociais, políticas e econômicas tiveram uma tendência de cima para baixo (o fato de serem as pessoas com poder de decisão a marcar o passo – definem os alvos e objetivos e fornecem o financiamento, associadas a grupos políticos/econômicos) ou até mesmo por traços culturais na formação de uma área, tende muitas vezes para pouca adesão ou envolvimento com decisões.

Como aborda Nascimento:

“A característica de uma sociedade predominantemente ruralista, clientelista e tradicionalmente privatista, imprimiu e deu o tom aos embates entre Estado e sociedade civil durante os primeiros quatro séculos da história. As reminiscências dessa tradição observam-se até os dias atuais quando ainda, verificam-se práticas trabalhistas advindas do Brasil Colônia/Império.”
(2011)

Tais características podem levar iniciativas não conseguirem seus objetivos de criar novos processos de desenvolvimento para áreas que não possuem grande acúmulo de capital e levar o abandono dos valores e questões coletivas, isolando-se em preocupação individuais /materiais. Na análise de Woolcock (1998):

“En el nivel macro de los procesos de desarrollo (top-down), la idea de la “organizational integrity” tiene sus orígenes en Weber, quien arguía que el desarrollo económico estaba íntimamente asociado a la emergencia de burocracias formales y a la universalización de las normas (la “rutina de la administración” en palabras del propio Weber), ya que eso provee de bases seguras y predecibles para que los intereses individuales y las capacidades de los individuos puedan ser canalizadas hacia proyectos colectivos. Esta idea de la burocratización como algo intrínseco al proceso de modernización la extendió Weber a otros ámbitos organizacionales (como las empresas o los partidos políticos), si bien avisó que, a partir de un determinado nivel, la burocracia puede convertirse en un obstáculo para que las instituciones adopten reformas capaces de permitirles adaptarse a los contextos de cambios. El tema del tamaño y estructura apropiados de la burocracia se convertiría en un tema de debate entre los sociólogos, especialmente en lo concerniente a la burocracia estatal. Por ejemplo, los institucionalistas se han ocupado de este asunto, y han planteado dos dimensiones clave para responder a esas cuestiones: a) las estructuras internas que establecen y perpetúan la capacidad y credibilidad de las instituciones, y b) las relaciones externas que ellas mantienen con su entorno exterior (es decir, el formado por los clientes y beneficiarios de sus servicios). De ese debate sobre el



nivel macro de los procesos de desarrollo, surge la idea de “organizational synergy” (que, refiriéndose a las relaciones Estado-sociedad, es definida como los lazos que conectan a los ciudadanos y a los funcionarios públicos y que, ampliada a todo tipo de organizaciones formales, se refiere a las relaciones entre cúpulas organizativas).”

Com o passar do tempo e com a própria redemocratização no Brasil, a partir de 1985 (fim da Ditadura Militar), o país começou a ingressar mais fortemente em estruturas de participação social, porém há um longo caminho a ser percorrido. Conforme Guimarães:

“Com o processo de redemocratização, em meados da década de 80, criou-se o Ministério da Cultura e foi promulgada a primeira lei de incentivo à cultura (1986). Com a Constituição Federal de 1988 normatizou-se os espaços públicos não-estatais e a ampliou-se o discurso de participação da sociedade civil na gestão pública”. (2007)

Segundo a perspectiva Cornwall (2002), desde 1990, cada vez mais os países se interessam por maneiras de incentivar os cidadãos a se envolverem mais nas decisões políticas que afetam suas vidas. Participação política e democracia se complementam, onde há cidadãos mais participativos, logo possui melhores decisões e por consequência melhores governos. A dose certa de participação é melhora o moral das pessoas, legitima políticas. Participar se tornou mais do que um “convite” a participar, mas é estendido para formas autônomas de ação onde as pessoas criam suas próprias oportunidades e termos de engajamento. Isso não só constrói degraus para a participação social mas oferece novas maneiras de configurar espaço.

O envolvimento associativo entre grupos que formam um território deve levar em consideração sua formação sócio-espacial, para ressaltar os pontos que estruturam aquele local, podendo perceber seus pontos fracos e fortes para tornar evidentes as suas representações e representantes locais, para que ações de interação para práticas do desenvolvimento local possam desenvolver-se, pois, como coloca Kiyota:

“[...] pode-se afirmar que a trajetória associativa, do município ou território, interfere no processo de representação dos agricultores, pois a existência de um tecido associativo denso e enraizado num local, significa representantes com maior capacidade de intervenção nas deliberações do espaço de participação e, também, uma maior possibilidade de ocorrer um processo de responsabilização social” – (2014, p. 124)

Outro fator para desencadear a falta do envolvimento, que pode dificultar o processo de organização territorial, são fatores relacionados na dinâmica de atração das pessoas para espaços de participação, o capital social tem como dinâmica da



confiabilidade dos entes do grupo. Quando esses espaços participativos não conseguem dar lacunas para que todas as partes sintam-se representadas e ouvidas, há implicações no processo como todo.

As relações Estado-Sociedade nos processos de desenvolvimento pode haver uma diversidade de resultados, conforme a organização da estrutura do Estado e a articulação da sociedade civil. Conforme Woolcock, o Estado pode ter desconformidades que podem ter este não como uma solução e sim como um problema:

[...] La primera situación, que sería la más desfavorable para emprender políticas de desarrollo, es la de “collapsed states” (Estados colapsados, utilizando el término de Zartman, 1995) (como es el caso de países como Somalia o Liberia, donde reina la anarquía y donde el Estado deja prácticamente de existir)[...] Una segunda situación es la que, tomando el término utilizado por Evans (1992 y 1995), podría denominarse “predatory states” (Estados depredadores), en la que hay Estado, pero no una burocracia estatal competente, lo que conduce a corrupciones rampantes y a la expropiación de la propiedad privada y de los bienes comunales (donde los hubiera) y a la violación de los derechos humanos[...]Una tercera situación es la de los “weak and inefficient states” (Estados débiles e ineficientes) (Migdal, 1988), en la que se da un aceptable e incluso elevado nivel de “organizational integrity” (hay aparatos estatales, gestionados por funcionarios sometidos al imperio de las leyes, que respetan el funcionamiento de la sociedad civil), pero un casi inexistente nivel de “organizational synergy” (el aparato estatal no es eficiente en su funcionamiento y no es capaz de responder adecuadamente a las demandas de los ciudadanos, ni de apoyar las iniciativas que surgen de la sociedad civil, ni es sensible a las demandas de grupos vulnerables como las mujeres o los discapacitados).” - 1998

O Estado não é o responsável pelo não fortalecimento de laços de interação numa determinada comunidade, a presença estatal é fundamental para prover inúmeras ações como: educação, saúde, estradas e outros benefícios. O Estado é uma força necessária para políticas públicas dêem condições para o desenvolvimento de um determinado território e ter a participação dos beneficiários destas ações.

Na análise de Cornwall (2002), avaliar o potencial de novos espaços de participação cidadã requer ver o sentido das dinâmicas de participação dentro desses espaços. Para fazê-lo, este espaço precisa estar localizado em um terreno mais amplo, tanto no que diz respeito ao seu passado histórico como nas mudanças mais amplas na participação e discurso do desenvolvimento. Espaços para a participação do público se tornam locais para a participação cidadã apenas quando os cidadãos ganham oportunidades significativas para o exercício de envolvimento e responsabilidades.



Neste sentido, as comunidades que em suas as formas de organização sociais conseguem envolver o maior número de integrantes, fortalecendo suas relações sociais para pensar e agir possibilidades do seu desenvolvimento, pode sair na frente para construção de empreendimentos econômicos e principalmente a valorização de suas identidades locais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar formas que possam gerar o desenvolvimento não é, a partir, de receitas prontas, até porque cada território possui especificidades próprias derivadas do seu contexto natural e social. No decorrer histórico as variadas ações de ocupação do espaço fizeram com as relações homem e natureza teve formas de explorações distintas, trazendo áreas que apresentam níveis de desigualdade econômica e social.

As características do atual sistema econômico dominante – Capitalismo Neoliberal – que coloca que o verdadeiro crescimento econômico numa economia capitalista é o livre mercado, tendo como ferramenta de expansão a Globalização, que consiste no fim das economias nacionais, integração cada vez maior dos mercados, dos meios de comunicação, dos transportes.

A integração e a interdependência (países-regiões e continentes) e empresas não tem todo o procedimento produção concentrado, neste sentido o mundo tornou-se uma grande linha de produção, não respeitando similaridades dos locais, o que consiste é importância da produção e do consumo.

Neste contexto para ser uma região considerada com qualidade de vida, precisa estar de acordo com indicadores de produtividade (IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, PIB – Produto Interno Bruto), não que está análises não sejam validas, porém as áreas possuem suas particularidades, quando o modelo é representado por quantificações e individualidades, por muitas vezes esquecem as qualidades e coletividades que constroem os lugares.

A formação sócio-espacial contribui para que as dinâmicas de construção social dos locais, por muitas vezes essas configurações, através de suas relações podem interferir para o fomento das áreas.



Perceber estas estruturas através da manifestação das redes de indivíduos de um determinado local e de suas particulares, podem gerar um enriquecimento endógeno. Como coloca Abramovay, citando James Coleman e Robert Putnam:

[...] caracterizam-se por uma densa rede de relações entre serviços e organizações públicas, iniciativas empresariais urbanas e rurais, agrícolas e não agrícolas. Mais importante que vantagens competitivas dadas por atributos naturais, de localização ou setoriais é o fenômeno da **proximidade social** que permite uma forma de **coordenação entre os atores** capaz de valorizar o conjunto do ambiente em que atuam e, portanto, de convertê-lo em base para empreendimentos inovadores. Esta proximidade supõe relações sociais diretas entre os atores. É neste sentido que, em torno do desenvolvimento rural, convergem duas correntes contemporâneas de pensamento: por um lado a que vem enfatizando a **dimensão territorial do desenvolvimento**. Não se trata de apontar vantagens ou obstáculos geográficos de localização e sim de estudar a montagem das “redes”, das “convenções”, em suma, das **instituições** que permitem ações cooperativas – que incluem, evidentemente, a conquista de bens públicos como educação, saúde, informação - capazes de enriquecer o tecido social de uma certa localidade. A este processo de enriquecimento, uma outra vertente do pensamento social contemporâneo – muito influente nas organizações internacionais de desenvolvimento – vem chamando, com base nos trabalhos de James Coleman (1990) e Robert Putnam (1993/1996:177), **de capital social**, que diz respeito a “...características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”. - 2000

As sociedades que tem sua integração conseguem manter seus laços de cooperação e tem maiores possibilidades de conseguir melhorias sociais, pois, com as redes que são formadas servem para fortalecimento de suas instituições no sentido de apresentarem como opção do modelo neoliberal.

O principio de coletividade não traz somente uma nova relação com o mercado, mas traz uma melhor relação com o espaço de vivência do grupo que tem uma valorização dos seus aspectos culturais, como também na busca de políticas públicas que possibilitem ações concretas nos setores de educação, saúde, etc. A inter-relação do Estado e a sociedade na solução de problemas locais.

Como aponta Putnam:

“ Pelo lado da demanda, os cidadãos das comunidades cívicas querem um bom governo e (em parte pelos seus próprios esforços) conseguem tê-lo. Eles exigem serviços públicos mais eficazes e estão dispostos a agir coletivamente para alcançar seus objetivos comuns. Já os cidadãos das regiões menos cívicas costumam assumir o papel de suplicantes cínicos e alienados” – 1996, pg.191.

As relações sociais direcionadas em prol de um conjunto solidário podem trazer conseqüências positivas para o desenvolvimento, pois, através da integração,



sinergias locais geram atividades que influenciam toda uma dinâmica de fatores sociais, econômicos, que favorecem práticas relacionadas com suas necessidades e anseios da comunidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. O CAPITAL SOCIAL DOS TERRITÓRIOS: REPENSANDO O DESENVOLVIMENTO RURAL. Economia Aplicada – vol. 4, nº 2, 2000.

ALBAGLI, Sarita, MACIEL, Maria Lúcia. INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO NA INOVAÇÃO E NO DESENVOLVIMENTO LOCAL. Ci. Inf., Brasília, v.33, n.3, pg. 9-16, 2004.

BANDEIRA, Pedro. PARTICIPAÇÃO, ARTICULAÇÃO DE ATORES SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. 105 exemplares. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 1999.

BILERT, Vânia Silva de Souza, PERONDI, Miguel Ângelo, PEREIRA, André Alves, TERNOSKI, Simão. A CONTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL. Ciências Sociais Aplicadas em Revista – UNIOESTE/MCR – vol.11 – n.21, 2011, p.29 a 42.

BOFF, Leonardo. SABER CUIDAR: ÉTICA DO HUMANO – COMPAIXÃO PELA TERRA. 18ª edição. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2012.

BOISIER, S. Desarrollo (local): ¿ De qué estamos hablando ? In: Madoery, Oscar e Vázquez Barquero, Antonio (eds.), TRANSFORMACIONES GLOBALES, INSTITUCIONES Y POLITICAS DE DESARROLLO LOCAL. Rosario: Editorial Homo Sapiens, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. ESPAÇO-TEMPO NA METRÓPOLE: A FRAGMENTAÇÃO DA VIDA COTIDIANA. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

CORNWALL, A. LOCATING CITIZEN PARTICIPATION. IDS Bulletin. Vol 33., n.2, p.49-58, 2002.

GUIMARÃES, Rodrigo Gameiro. A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS NO BRASIL: UM RECURSO GERENCIAL OU DE PODER? Cadernos Gestão Social, Salvador, v.1, n.1, Ed. Especial, p.1-17, 2007.

HOBSBAWN, Eric J.. FORMACIONES ECONOMICAS PRECAPITALISTAS. 2ª Edição, 7ª reimpressão. Siglo XXI, 2009.

KIYOTA, Norma. A REPRESENTAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES EM ESPAÇOS INSTITUCIONAIS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO SUDOESTE DO PARANÁ – BRASIL. REDES - Rev. Des. Regional, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 1, p. 110 - 129, jan/abr 2014.



KUHN, D.D., et al. POBREZA NO RIO GRANDE DO SUL: A HETEROGENEIDADE REVELADA PELA ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS. Teoria e Evidência Econômica, vol. 14, n.26, 2006, pg.113-134.

LAGES, Vinicius, BRAGA, Christiano e MORELLI, Gustavo (orgs.). TERRITÓRIOS EM MOVIMENTO: CULTURA E IDENTIDADE COMO ESTRATÉGIA DE INSERÇÃO COMPETITIVA. Rio de Janeiro: SEBRAE, 2004.

LEFF, Henrique. EPISTEMOLOGIA AMBIENTAL: tradução de Sandra Valenzuela; revisão técnica de Paulo Freire Vieira. 5ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

NASCIMENTO, Luciana Silva do. PARTICIPAÇÃO POPULAR NO BRASIL: UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO. Disponível em: <http://www.uv.es/asabranca/encontre/nascimento.pdf>, acessado em 12 de julho de 2014.

NIEDERLE, Paulo André, GRISA, Catia. DIVERSIFICAÇÃO DOS MEIOS DE VIDA E ACESSO A ATORES E ATIVOS: UMA ABORDAGEM SOBRE A DINÂMICA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DA AGRICULTURA FAMILIAR. Cuadernos Des. Rural, Bogotá (Colombia), 5 (61): 41-69, 2008.

PERES, Renata B., CHIQUITO, Elisângela de A.. ORDENAMENTO TERRITORIAL, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: NOVAS QUESTÕES, POSSÍVEIS ARTICULAÇÕES. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, São Paulo, v.14, n.2, 2012.

POLANYI, Karl. NOSSA OBSOLETA MENTALIDADE MERCANTIL. Revista Trimestral de História das Idéias, Porto (Portugal) n.1, 1977 p.7-20.

PUTNAM, Robert. COMUNIDADE E DEMOCRACIA. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SANTOS, Milton. A NATUREZA DO ESPAÇO: TÉCNICA E TEMPO. RAZÃO E EMOÇÃO. 4ª Edição e 5ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – USP, 2009.

STREECK, W. HOW TO STUDY CONTEMPORARY CAPITALISM. European Journal of Sociology, vol. 53, n. 01, 2012, pg.01-28.

WOOLCOCK, Michael. SOCIAL CAPITAL AND ECONOMIC DEVELOPMENT: TOWARD A THEORETICAL SYNTHESIS AND POLICY FRAMEWORK. Theory and Society, Vol. 27, No. 2 (Apr., 1998), pp. 151-208. Published by: Springer.

